

1 ATA DA 60ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

2 Aos vinte e nove dias do mês de Abril de 2004, às 08:30 horas, realizou-se na sala de Reuniões
3 do Gabinete da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA, situado a Rua Desembargador
4 Motta, 3384, nesta capital a 60ª reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente -
5 CEMA, com objetivo de homologar três resoluções. A reunião foi instalada pelo Diretor Geral da
6 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, HÉLIO DUTRA DE SOUZA em
7 substituição ao Presidente do Conselho e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos
8 Hídricos, senhor LUIZ EDUARDO CHEIDA, que por motivo de compromisso já agendados não
9 pode se fazer presente. A reunião também contou com presenças de ÁLVARO APARECIDO
10 MARQUES, Secretário Executivo do CEMA, os conselheiros natos: LINDSLEY DA SILVA
11 RASCA RODRIGUES do Instituto do Meio Ambiente do Paraná – IAP; DARCY DEITOS
12 Presidente da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
13 Ambiental – SUDERHSA; JOCELY MARIA THOMAZONI LOYOLA da Companhia de
14 Habitação do Paraná – COHAPAR; dos Conselheiros titulares designados: OSCAR AKIO
15 SHIBATA da APIESP; CARLOS MELLO GARCIAS da Pontifica Universidade Católica do
16 Paraná – PUC PR; ELEUTÉRIO LANGOWSKI da APROMAC; CARLOS JOSÉ ZIMMER da
17 Federação dos Bancários – FEEB; JOEL CARLOS SARNICK da Fundação Ângelo Cretã;
18 ESPARTANO TADEU DA FONSECA da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais;
19 EUCLIDES SELVINO GRANDO JÚNIOR da Liga Ambiental; dos membros Suplentes
20 designados substituindo titulares; JACKSON CESAR BASSFELD de Pontal do Paraná;
21 MARILIA TISSOT da FIEP; ARMANDO CARLOS MULLER da Pontifica Universidade
22 Católica do Paraná – PUC – PR; LUIZ ANSELMO MERLIN TOURINHO da Federação da
23 Agricultura - FAEP; PAULO ROBERTO NENEVE da ONG Caramuru; ANA MARIA DIAS
24 FERREIRA da Secretaria de Estado da Educação - SEED; dos membros suplentes natos
25 substituindo titulares; ANA CLÁUDIA BENTO GRAF da Procuradoria Geral do Estado – PGE;
26 JORGE DA CONCEIÇÃO GUERRA da SEIM; WILSON BLEY LIPSKI da Secretaria de
27 Desenvolvimento Urbano - SEDU; CÍCERO GONÇALVES DE OLIVEIRA da Secretaria de
28 Estado da Ciência e Tecnologia - SETI; JOSÉ FRANCISCO KONOLSAISEN da SESA;
29 ANTONIO CARLOS LORENZON da Secretaria de Estado do Abastecimento - SEAB; e dos
30 convidados THEO BOTELHO MÁRÉS DE SOUZA da Secretaria de Estado do Meio Ambiente
31 e Recursos Hídricos – SEMA; HARRY LUIZ AVILA TELES do Instituto Ambiental do Paraná
32 – IAP; CLAUDIO L. BARRETO da ITAMBÉ; CLAUDIO KLENZ da Federação da Agricultura
33 - FAEP; RAFAEL FELIPPIN da Liga Ambiental; SILVA R. ZILLER do Instituto Horus; JORGE

34 RAM dos Amigos das Águas e MARIANNA SOPHIE ROORDA da Superintendência de
35 Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA. O Senhor
36 Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, saudou os presentes e após verificar a existência de
37 quorum para a realização da reunião, declarou aberta a seção. Este, inicialmente submeteu aos
38 conselheiros a homologação de 3 resoluções, que teve sua publicação retardada e que depende
39 desta homologação. Pediu a todos que observassem, pois são resoluções ligadas a criação das
40 câmaras temáticas, e que não possuem nada de substância de maior relevância que não possa ser
41 suprida por uma simples homologação dos membros, pediu a todos os conselheiros que
42 tomassem conhecimento das resoluções, sem manifestos contrários será considerado aprovado a
43 publicação destas resoluções. Seriam dias para a publicação e está ocorreu posteriormente ao
44 prazo estabelecido; colocou a minuta da a Ata da 58ª (qüinquagésima oitava) reunião e 59ª
45 (qüinquagésima nona) reunião para a aprovação e conseqüente manifestação, sem
46 questionamento, considerou aprovadas por unanimidade pelos presentes. E conforme o artigo 3º
47 item 4º do Regimento interno do CEMA, estabelece que seja cumprido este item 4º, sendo
48 encaminhado qualquer proposta a mesa, que algum membro queira fazê-lo. O Senhor Diretor
49 HELIO DUTRA DE SOUZA, passa a palavra ao Senhor EUCLIDES SELVINO GRANDO
50 JÚNIOR, por conta da pauta encaminhada as instituições, este, entende procedimento sério feito
51 após a leitura dos relatórios, solicitando alguns assessores que auxiliaram na elaboração de duas
52 propostas de resoluções da Liga Ambiental chegassem nesse momento para alguma
53 eventualidade ou dúvida que surgisse, também sugerindo a mesa que mantivesse assuntos gerais
54 como sendo também a oportunidade dessa reunião se fosse possível, conforme a pauta
55 encaminhada as instituições. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA coloca que o
56 regimento interno da CEMA permite essa alternância e que se ninguém se manifestar em sentido
57 contrário, deixando para o final e já entrando na ordem do dia, propõe que a Senhora ANA
58 CLAUDIA BENTO GRAF, comece falando sobre as resoluções das câmaras temáticas, pois a
59 mesma é a que tem mais a falar sobre o assunto, se todos estiverem de acordo. Esta iniciou
60 falando de três Câmaras Temáticas que a mesma é relatora, da Câmara de Preservação do Bioma
61 de Araucárias, de Cadastramento e Resíduos Sólidos. Sobre a Câmara de Resíduos Sólidos, a
62 mesma trouxe um relatório parcial, das atividades realizadas e um pedido de prorrogação por
63 mais 30 dias, que a mesma explica o porquê dizendo que nesse tempo que foi instalado a Câmara
64 até o dia de hoje foram realizados varias reuniões, entre elas houve uma apresentação por parte
65 das empresas que trabalham com Resíduos Sólidos. Colocou também que as reuniões têm
66 contando com a participação efetiva de vários conselheiros e de outros convidados, e que já tenha

67 se chegado a um grau de amadurecimento muito interessante com relação ao início dos trabalhos.
68 A razão da demora, na condução dos trabalhos, se deve a necessidade de obter informações do
69 IAP, a respeito da quantidade de procedimentos que são analisados pelo IAP a cada semana, para
70 que se possa apresentar uma proposta minimamente realista. Esta diz que solicitou formalmente
71 ao diretor Presidente do IAP estas informações, e que as mesmas chegaram a seu conhecimento
72 na segunda-feira desta semana, e que foi elaborada a mais de duas semanas, e que os mesmos não
73 tiveram tempo de fazer um juízo de valor a respeito dessas informações, que há propostas
74 consolidadas tanto por parte da FIEP, quanto da Fundação Ângelo Creta, e em 30 dias já haverá
75 um relatório completo desta câmara, e também solicita uma reunião extraordinária do Conselho
76 do CEMA, para que seja analisado este relatório, pois é um tema bastante complexo, e que
77 normalmente estes temas sempre ficam para o final, a análise acaba sendo comprometida,
78 portanto, solicita que seja realizada uma reunião específica para tratar sobre a resolução de
79 Resíduos Sólidos. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA coloca ao conselho a
80 manifestação de cada membro, deixando aberto para colocações. O Senhor EUCLIDES
81 SELVINO GRANDO JÚNIOR sugere a Senhora ANA CLAUDIA BENTO GRAF, que
82 colocasse como surgiu a Câmara, a mesma diz ter percebido que novos representantes das
83 instituições por vez têm se apresentado e às vezes não entendem exatamente qual é o contexto,
84 essas Câmaras já tiveram um trabalho bastante prolongado até de anos passados, e sugeriu que
85 fosse feito a votação pelo Prolongamento ou não dos prazos para entrega dos relatórios finais. A
86 senhora ANA CLAUDIA BENTO GRAF disse que a origem da criação desta Câmara Temática
87 se deve a última reunião do CEMA ainda em 2002 no governo passado, e havia na ocasião uma
88 denuncia relativa a Carbocloro, que é uma empresa que estaria trazendo para o PARANÁ um
89 produto altamente perigoso e tóxico, sabendo disso o IAP já teria aprovado esta importação;
90 houve uma discussão muito grande, havia uma proposta de revogação da resolução do conselho
91 que delega ao IAP a análise dessa matéria. Por conta desse evento a Câmara foi criada. A mesma
92 diz que ainda não tem uma opinião formada sobre a solução ideal para que seja exercido o
93 controle social. Temos varias propostas, mas existe a questão, ou seja, a partir do momento que o
94 conselho ratifica uma decisão técnica, tomada por profissionais capacitados do IAP ele esta
95 ratificando uma decisão através da qual nem todos os conselheiros têm informação, coloca em
96 discussão a prorrogação da entrega dos relatórios da Câmara de Resíduos Sólidos. O Senhor
97 ELEUTÉRIO LANGOWSKI, disse que a preocupação com relação a Câmara Temática, que foi
98 inclusive uma das propostas da APROMAC nas reuniões, isso é colocado como pauta, e esses
99 relatórios nunca vêm, da mesma forma que a resolução delegava ao IAP essas autorizações

100 também se cobrava que o IAP, fornece ao conselho os respectivos relatórios, e isso só tem sido
101 feito mediante solicitação que havia feito a quatro meses atrás; portanto a necessidade da contra
102 partida, da mesma forma que o IAP recebe uma delegação, ele também deve reportar ao CEMA
103 o que vem sendo feito com base nessas delegações, e isso não vinha acontecendo. Com a palavra
104 a senhora ANA CLAUDIA BENTO GRAF disse que talvez essa prorrogação não seja
105 necessária, porque é importante condicionar a execução no próprio relatório, da discussão que o
106 conselho fará sobre as propostas da Câmara, seja possível fazer alterações no próprio regimento
107 interno, portanto é interessante que seja discutido primeiro a questão dos resíduos sólidos para
108 que se possa sugerir alterações no regimento interno. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE
109 SOUZA coloca a votação a prorrogação levantada pela relatora Senhora ANA CLAUDIA. O
110 Senhor EUCLIDES SELVINO GRANDO JÚNIOR coloca que a votação poderia ser já pela
111 prorrogação e eventual convocação de uma reunião extraordinária para a apreciação deste
112 relatório. O Senhor JOEL CARLOS SARNICK disse que tem participação em todas as Câmaras
113 Temáticas e gostaria de ratificar o que a Senhora ANA CLAUDIA BENTO GRAF colocou, que
114 realmente foi avançado muito e que já está na hora de fechar, de dar o parecer da Câmara e
115 ratificar que seja marcada a reunião extraordinária para a apreciação da matéria. O Senhor
116 Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA encerra a discussão e coloca em votação o pedido da
117 Senhora ANA CLAUDIA BENTO GRAF. Todos de acordo, a votação é aprovada por
118 unanimidade. O Senhor LINDISLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, sugere a câmara, que
119 constasse em toda a finalização do trabalho que toda a autorização de importação e exportação
120 seja imediatamente comunicada aos membros do CEMA, que será feito um levantamento pelo
121 IAP, pois o mesmo tem esse balanço; não é apenas importação, mas também exportação e que
122 utilização dessa expressão se faria a cada autorização, comunica que para tornar publico esta
123 publicação e se tiver desconfiança com relação ao resíduo, que isso se desperte, pois é interesse
124 do Estado, O Senhor diretor HELIO DUTRA DE SOUZA passa a palavra a Senhora ANA
125 CLAUDIA BENTO GRAF, para que fale sobre a câmara de Cadastramento. A mesma diz que
126 não foi possível realizar nenhuma reunião, por falta de quorum e também por sua
127 indisponibilidade por compromissos pré-agendados, dizendo ainda que esta é C. T. que menos a
128 preocupa, pois já existe uma dinâmica de quais os requisitos para que uma ONG seja cadastrada
129 no CEMA, e que serão reunidos os cadastros que estão pendentes para análise e até fazendo
130 sugestão a própria comissão que esta analisando o regimento interno, apesar de não ser uma
131 questão própria do regimento, no sentido da caracterização de uma organização ambientalista, a
132 questão dos objetivos estatutários, no cadastramento é analisado todos os objetivos estatutários, a

133 regularidade formal e a comprovação de suas atividades, coloca que vai ser feito um relatório
134 parcial e também reuniões e talvez um cadastramento geral, pois todas as entidades devem
135 provar a cada dois anos as atividades que vem desenvolvendo. O ultimo relatório de
136 cadastramento apresentado foi sugerido uma otimização, ou seja, uma racionalização dos
137 documentos a serem exigidos das ONGS. Com relação a Câmara de Bioma de Araucária foi
138 transformada no final de 2002 em Câmara Permanente. Diz que o Bioma de araucária é a floresta
139 mais ameaçada do Paraná. Coloca que a câmara tomou conhecimento de que existe um grupo de
140 ambientalista que há muito tempo vem trabalhando com a questão das araucárias e vem trazendo
141 propostas de preservação e foi solicitado ao Senhor Secretário Luiz Eduardo Cheida para que se
142 somassem esforços e não fosse criado um paralelo. Diz que existem muitas denúncias de corte do
143 Bioma de Araucária e que está sendo analisado. O Senhor ELEUTÉRIO LANGOWSKI, coloca
144 que a APROMAC apresentou uma proposta de que a lei do ICMS ecológico fosse alterada, de
145 forma que pra cada item positivo contado na distribuição dos 5% correspondente ao ICMS
146 ecológico fosse colocado um item de contrapeso negativo. O Senhor EUCLIDES SELVINO
147 GRANDO JÚNIOR, recupera a fala da Senhora ANA CLAUDIA BENTO GRAF no sentido de
148 saber se a câmara temática tem averiguado a existência ou não de licença ambiental para cortes e
149 aproveitamento de cernes caídos em florestas de araucárias e se existem e que números elas são.
150 A senhora ANA CLAUDIA BENTO GRAF diz que a câmara tem trabalhado na base de
151 denúncias, não fez uma denúncia formal ao IAP, nem mesmo ao IBAMA, mas nos casos que foi
152 pedido averiguação havia autorização de corte, a dúvida era se estava provado que se tratava de
153 araucária plantada ou não, dada ao número de árvores. O Senhor EUCLIDES SELVINO
154 GRANDO JÚNIOR pede que se conste em ata que a Liga Ambiental está solicitando a esta
155 câmara para que se faça este levantamento sobre a existência ou não de licenças pra corte,
156 extração de cernes caídos tanto de araucária, tanto de outras espécies. O senhor JOEL CARLOS
157 SARNICK, sobre a preocupação do mesmo, que é a seguinte, o percentual de cobertura vegetal
158 do estado é crítico e a questão dos biomas de araucária é altamente visado por pessoas
159 inescrupulosas, e também diz que há autorizações do IAP permitindo esse tipo de prática, o
160 mesmo diz que não sabe a base disso, por isso da sua quase indignação, pois os remanescentes
161 são quase pequenos e ainda há essa prática de autorizar esse tipo de coisa. Com a palavra o
162 senhor LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, que a preocupação é válida e digna de
163 consideração de instituição. O senhor JOEL CARLOS SARNICK, diz que se deve ter cuidado
164 com as matas nativas, caso contrário o bioma de araucária não vai acontecer, e que a coisa está
165 sendo feita de maneira leviana, do ponto de vista do mesmo. A senhora ANA CLAUDIA

166 BENTO GRAF, diz que com relação as araucárias plantadas , a câmara agiu com cautela,
167 justamente porque a resolução do CONAMA 278 autoriza o corte de araucária plantada, por isso
168 que as denúncias são enviadas para averiguação sem nenhum pré-julgamento, para que o órgão
169 ambiental esclareça o que for preciso. Convida a Liga Ambiental para a próxima reunião para se
170 tratar da questão apresentada pela mesma, e para que se possa trazer uma proposta efetiva para o
171 conselho. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA sugere a APROMAC que enviasse
172 uma proposta sobre o ICMS ecológico, já que a câmara presidida pela procuradora da PGE, pois
173 é um assunto técnico jurídico, que talvez pudesse se avançar nessa regulamentação de ICMS
174 ecológico no sentido de uma análise. O senhor LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES,
175 diz que te uma sugestão mais concreta com relação ao assunto, de criar uma câmara ou grupo de
176 trabalho específico para tratar sobre o ICMS ecológico. O Senhor ELEUTÉRIO LANGOWSKI,
177 lembra que protocolou em 31 de Outubro de 2003 a proposta 008 referente a criação de uma
178 resolução de câmara temática para estudar a proposta de alteração da lei do ICMS Ecológico,
179 porem a proposta foi ignorada. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, passa a palavra
180 ao Senhor ANTÔNIO RICARDO LORENZOM, este coloca que é uma questão que engloba
181 tanto o ICMS Ecológico quanto a supressão de alguns biomas importantes, ha necessidade que
182 essa situação ficasse bastante esclarecida com uma integração do Meio Ambiente, Secretaria de
183 Estado do Desenvolvimento Urbano e Secretaria da Agricultura. O que se precisa no primeiro
184 momento é resgatar a questão da gestão do solo e definir a quem compete. O Senhor Diretor
185 HELIO DUTRA DE SOUZA, passa a palavra ao Senhor JACKSON CESAR BASSFELD, que
186 reintegra a posição do conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI quanto a sugestão de se poder
187 criar índices, com a ressalva de que algumas questões não são de exclusividade dos municípios,
188 sobre tudo a parte de saneamento. Com a palavra a Senhora MARILIA TISSOT, apóia a sugestão
189 dos conselheiros, sugerindo o Senhor ROBERTO GAVA da FIEP para colaborar. Passando a
190 palavra para o Senhor DARCY DEITOS, apóia a sugestão dos conselheiros e coloca que seria
191 uma necessidade a revisão da legislação. O Senhor LUIZ ANSELMO TOURINHO, coloca que a
192 dificuldade que os municípios tem é a dos produtores entrarem com as suas áreas para o ICMS
193 Ecológico, pois os mesmos não sabem onde o dinheiro é aplicado. Cita exemplo de produtores
194 que ligam em sua instituição para saber como faz para se descadastrar, pois a Prefeitura não
195 mostra a eles onde é aplicado o seu dinheiro. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA,
196 coloca em votação a criação desta câmara temática, ninguém se opôs, fica aprovado por
197 unanimidade. O mesmo coloca a necessidade da sua composição sendo cinco nomes efetivos
198 mais convidados e pede a quem tiver interesse que se posicione, o assunto envolve muito

199 conhecimento jurídico principalmente de natureza constitucional. Cita como convidados os
200 assessores jurídicos da SEMA, IAP e SUDERHSA e também o Senhor WILSON LOUREIRO,
201 Diretor do Biodiversidade e que executa esse programa a nível de estado. O Senhor
202 ELEUTÉRIO LANGOWSKI, se propõe a participar como membro titular, O Senhor CARLOS
203 JOSE ZIMMER, propõe que seja dado um tempo para um debate entre os seguimentos, pois
204 alguém pode ser preterido de uma indicação, O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA,
205 consulta o conselho para uma definição, se isso será feito de imediato com um pequeno intervalo
206 ou para uma próxima reunião. A composição fica para o término da reunião. Colocaram-se a
207 disposição os conselheiros JOEL CARLOS SARNICK; LUIZ ANSELMO TOURINHO;
208 WILSON BLEY LIPSKI. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, da continuidade a
209 reunião com o próximo tema que seria Acompanhamento do Projeto dos Municípios em ONGS,
210 porém a representante não esta presente restando pela ordem a Unidade de Conservação,
211 passando a palavra ao Senhor EUCLIDES SELVINO GRANDO JÚNIOR, o qual propõe uma
212 resolução no sentido de se elaborar os planos de manejo das unidades de conservação do Paraná,
213 de forma célebre uma vez que a falta de instrumentos e ações efetivas acabam por causar uma
214 série de prejuízos. Por sugestão, parte para análise de um documento que já existia no âmbito do
215 IAP com relação ao sistema estadual de unidades de conservação apresentando o relatório. O
216 Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, pede aprovação aos membros do CEMA, para que
217 seja prorrogado por mais trinta dias, contados a partir do dia 26 de Maio de 2004, a apresentação
218 da câmara temática de unidade de conservação. A votação é aprovada por unanimidade. Com a
219 palavra o Senhor LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, parabeniza a câmara de
220 unidades de conservação e coloca uma proposta concreta, algumas aspirações que são necessárias
221 e pertinentes não podem ser acatadas, pois a câmara foi criada para tratar do regimento e as
222 alterações pertinentes e necessárias que seja adequado também ao momento às alterações da lei e
223 que seja dado mais trinta dias, a partir do dia 26 de Maio de 2004 para que se possa construir
224 uma lei e um regimento dentro das aspirações democráticas e necessárias para o bom andamento
225 do conselho. O Senhor EUCLIDES SELVINO GRANDO JÚNIOR diz que concorda com o
226 Senhor LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, pois quando a Liga Ambiental
227 apresentou a proposta de alteração do conselho, ela veio no sentido de alterar a composição e as
228 atribuições do conselho, e isso só poderia ser feito alterando a lei que criou o conselho. O Senhor
229 LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, diz que sua preocupação é de alguém pode se
230 sentir preterido e pode invocar legalmente por não ter atribuição. O Senhor Diretor HELIO
231 DUTRA DE SOUZA, pede que se conclua essa câmara colocando em votação a prorrogação por

232 30 dias a partir do dia 26/05/2004 solicitada pelo relator. Aprovado por unanimidade. O Senhor
233 EUCLIDES SELVINO GRANDO JÚNIOR apresenta duas propostas de resolução, e sugere que
234 Secretaria Executiva encaminhe essas propostas escritas por ocasião da próxima convocação da
235 Assembléia Geral. A primeira diz respeito ao Fundo Estadual do Meio Ambiente, cujo montante
236 de recursos geridos e cuja destinação desses recursos parece não ser a forma de destinação não é
237 de conhecimento dos conselheiros. O Segundo diz respeito ao tema de Contaminação dos Ecos
238 Sistemas Naturais por espécies exóticas invasoras, e pede que as propostas sejam analisadas com
239 bastante cuidado. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, solicita a Secretaria Executiva,
240 reproduza essas propostas e remeta aos conselheiros para conhecimento. O Senhor LINDSLEY
241 DA SILVA RASCA RODRIGUES, pede que o conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI, fizesse
242 um relato ao conselho sobre a reimplantação da dívida ativa. O Senhor Diretor HELIO DUTRA
243 DE SOUZA, solicita que por motivo da saída da reunião do Senhor DARCY DEITOS, e do
244 senhor LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, que seja colocado para votação a
245 aprovação das resoluções. A votação é provada por unanimidade. O Senhor ELEUTÉRIO
246 LANGOWSKI, relata sobre a reimplantação da dívida ativa, onde diz que esse departamento
247 estava desativado, e uma das primeiras medidas que a atual direção tomou foi reativar. Já existe
248 legislação, pessoas e processos que estava sendo arquivados. Foi criada uma instalação mínima
249 para que esses processos ficassem abrigados aos cuidados dos advogados, foi informatizado,
250 interligado com o sistema de informação do IAP, foi montada uma nova portaria com o novo
251 grupo de trabalho que deve dar o aval em cada ação de execução de dívida ativa, e esse grupo
252 esta fazendo uma triagem para que possa ser feito a execução com certeza. Comenta que os
253 primeiros 302 processos que foram cadastrados ainda estão em fase de triagem. Existem também
254 em torno de 5.000 processos parados esperando execução e pagamento. Coloca que o IAP possui
255 autuações contra com o MST das invasões e devastações e que já está com os mesmos no valor
256 de R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais), e que o mesmo não existe legalmente, existe
257 de fato e não de direito, Senhor LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, coloca que o
258 passivo do MST e do INCRA somam R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões), O Senhor
259 ELEUTÉRIO LANGOWSKI, coloca que já estão sendo tomadas as providências, para que
260 dentro de 30 dias se estejam pelo menos 50 processos na tramitação vias judiciais; O Senhor
261 Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, passa a palavra ao conselheiro LUIZ ANSELMO
262 TOURINHO, este coloca que está tendo problemas, pois está fazendo um programa de estado
263 chamado Mata Ciliar, e por meio deste programa esta solicitando aos produtores pecuaristas para
264 fechar a área sem deixar corredor e compra um elevador de água para dar de beber para os

265 animais, só que a SUDERHSA está autuando esses produtores para que os mesmos façam a
266 outorga de água, o que tem levado os pecuaristas a deixar o corredor em suas áreas para que os
267 animais vão até o rio. Outro problema relativo ao IAP é de que existe ONGS que exploram o
268 produtor rural fazendo vistorias e cobrando pelas mesmas, sendo que este papel compete ao IAP.
269 O Conselheiro ELEUTÉRIO LANGOWSKI, lembra o Conselheiro LUIZ ANSELMO
270 TOURINHO, sobre a proposta de criação de uma câmara temática para a discussão do SISLEG,
271 que foi apresentada na 2ª reunião do ano de 2003 e que não houve resposta, O Senhor Diretor
272 HELIO DUTRA DE SOUZA, disse que será retomado a questão desta proposta junto a secretaria
273 para a próxima reunião e quanto aos assuntos que seja solicitado formalmente ao IAP e que no
274 retorno da informação seja repassado a todos os conselheiros. Com a palavra o Senhor DARCY
275 DEITOS, esclarece que não tinha conhecimento do caso e que a legislação prevê que qualquer
276 captação de água deve se requerer outorga, coloca também que o Secretário da Agricultura
277 ORLANDO PESSUTI entrou em contato com o mesmo sobre a preocupação de que os pequenos
278 produtores rurais fossem isentados da taxa de outorga e que o caso será analisado na próxima
279 reunião do Conselho da SUDERHSA. O Senhor LUIZ ANSELMO TOURINHO, diz que a Lei
280 12726 de Recursos Hídricos, em um dos seus artigos diz que usuários insignificantes seriam
281 isentos do pagamento da taxa e sugere que se crie uma câmara temática para analisar o que se
282 enquadra dentro dos usuários insignificantes. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA,
283 solicita que se de prosseguimento aos próximos inscritos, encerrando as inscrições e na seqüência
284 que seja definido os integrantes da câmara temática criada, a Senhora ANA MARIA DIAS
285 FERREIRA, lembra que alguns conselheiros que fazem parte da câmara temática de Educação
286 Ambiental desconheciam a participação e que três reuniões foram marcadas e não aconteceram
287 por falta de quorum, que lhe surpreende o fato da SEMA ter o CINEA, que a organização da
288 comissão institucional de Educação Ambiental e tem praticamente o mesmo papel da câmara
289 temática e não tem nenhum funcionário dentro da mesma, O Senhor ÁLVARO APARECIDO
290 MARQUES, esclarece a questão da convocação onde diz que é enviado um cronograma das
291 reuniões das câmaras temáticas, salvo algumas situações onde é solicitado a transferência dessas
292 reuniões, pois a câmara temática depende das disposições dos conselheiros. O Senhor Diretor
293 HELIO DUTRA DE SOUZA, concorda com a Conselheira ANA MARIA DIAS e solicita que
294 seja convergido os esforços e será solicitado ao Secretário LUIZ EDUARDO CHEIDA que leve
295 essa modificação e que seja contemplado essa unidade. O professor CARLOS MELLO
296 GARCIAS esclarece que foi citado e que na verdade a câmara de Educação Ambiental nunca
297 funcionou e que até o momento não se definiu claramente o que se vai tratar essa comissão de

298 câmara a fim de definir ações específicas quanto a questão da educação ambiental, sugere que a
299 mesma seja pauta da próxima reunião. O Senhor CICERO GONÇALVES DE OLIVEIRA,
300 coloca que dentro de sua secretaria existe esse problema, pois o pessoal de assessoramento
301 superior é reduzido e que alguns participam de cerca de 18 à 20 conselhos o que dificulta a
302 participação em todos e solicita que seja substituído o representante desta secretaria pelo motivo
303 de no momento ter uma pessoa mais indicada para esta função, que será enviado formalmente o
304 pedido de substituição. A Senhora MARILIA TISSOT, coloca a sugestão do Senhor CARLOS
305 JOSE ZIMMER, e que seja dado tempo para estudo da indicação dos conselheiros componentes
306 da câmara temática. Com a palavra o Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, coloca que
307 para a próxima reunião a secretaria executiva faça um esclarecimento a respeito do tema com a
308 eventual modificação, passando a palavra ao Senhor ELEUTÉRIO LANGOWSKI, cobra a
309 resposta ao pedido numero 07 ao sistema SEMA que se refere à relação de convênios com
310 ONGS no período de 01 de Janeiro de 1995 a 31 de Outubro de 2003. Pede que a internet fosse
311 mais utilizada, colocasse mais informações, inclusive os debates, como é feito no CONAMA, por
312 exemplo. Sugere também que as Atas seja transcrita no total, pois o que vai dentro da mesma é
313 1% do que é dito em reunião. Cobra que na reunião antepassada, foi protocolado um pedido para
314 que fosse concedido 30 minutos para a Associação trouxesse uma equipe técnica, para apresentar
315 aos conselheiros o problema da usina Vega Sul em São Francisco do Sul, onde a mesma está
316 ganhando prêmios de ecologia, meio ambiente, educação ambiental e estão levando os dejetos ao
317 mar e conseqüentemente as correntes marinhas estão trazendo ao Paraná. A questão do SISLEG
318 para que fosse criada uma câmara técnica. A senhora JOCELY MARIA THOMAZONI
319 LOYOLA diz que a COHAPAR tem vários problemas com a questão do SISLEG, por causa das
320 vilas rurais construídas no estado do PARANÁ, portanto, a COHAPAR gostaria de participar
321 desta câmara caso a mesma venha a ser instituída. O Senhor LUIZ ANSELMO TOURINHO,
322 coloca que o SISLEG foi concedido através do fórum permanente e que após a reativação do
323 fórum foi realizada apenas uma reunião e coloca a disposição o seu e-mail para que se alguém
324 queira participar possa comunicá-lo. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA coloca em
325 questão a composição das câmaras criadas. O senhor ELEUTÉRIO LANGOWSKI coloca-se a
326 disposição, O Senhor JOÃO SAMEK, pela indicação do Senhor DARCY DEITOS, então fica
327 formada com SEDU, APROMAC, MUNICIPIOS, SUDERHSA E FIEP. Aprovada esta
328 composição. Define-se o relator sendo MUNICIPIOS. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE
329 SOUZA, coloca que composta a câmara do SISLEG com a participação da COHAPAR, FAEP,
330 APROMAC, IAP e SEAB resta apenas a escolha do relator. O Senhor ANTONIO RICARDO

331 LORENZON, coloca a SEAB como convidada e devolve aos municípios a composição da
332 câmara técnica do SISLEG. O Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, coloca para
333 aprovação a mudança e todos concordam, solicita também que a secretaria geral anote e
334 comunique aos demais conselheiros. O Senhor JORGE RAM, relata sobre o pedido que a
335 AMAR esta fazendo a SEMA relativo ao derramamento de grãos no Rio Caninana e diz que a
336 América Latina Logística - ALL interditou a área e colocou guardas que não permitem a
337 população e as ONGS de se aproximarem do local para que de fato constatarem o que aconteceu.
338 Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, sugere que a secretaria executiva anote e oficialize
339 o batalhão da Policia Ambiental e ao IAP para que se verifique o que está acontecendo com o
340 acompanhamento deste conselho e que fosse também o representante. Indicado o representante o
341 Senhor Diretor HELIO DUTRA DE SOUZA, encerrou a seção.